

Parecer nº 134/98

Data: 1998.10.07

Processo nº 428

Reclamante: Domingos José Fernandes Fevereiro

Entidade Reclamada: Instituto da Água

1. Domingos José Fernandes Fevereiro, identificado no processo, recluso no Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira, apresentou ao Instituto da Água, em 28 de Maio de 1998, um requerimento onde solicitava a reprodução através de fotocópias do seguinte:

- a) Legislação que aprovou, e a que eventualmente alterou, as leis orgânicas do Ministério do Ambiente, Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, Direcção-Geral do Ambiente, Instituto da Água, Instituto de Conservação da Natureza, Instituto de Meteorologia, Instituto de Promoção Ambiental, Direcções Regionais do Ambiente e Recursos Naturais, e Inspecção-Geral do Ambiente;
- b) Legislação diversa que identifica, bem como toda a relacionada com a água destinada ao uso e consumo humano, que não identifica;
- c) Normas relativas à qualidade da água emanadas de organizações internacionais que identifica;
- d) Demais legislação atributiva de competência aos organismos que identifica e cujas leis orgânicas pretende.
- e) Mais requer a isenção do pagamento na reprodução e envio das solicitadas cópias e/ou publicações ao abrigo do artigo 11º do Código de Procedimento Administrativo

2. Não tendo obtido qualquer resposta o cidadão apresentou à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), com data de entrada de 30 de Julho de 1998, reclamação do indeferimento tácito do pedido anterior.
3. A reclamação deu entrada em tempo oportuno. De facto, no momento da apresentação do requerimento à Comissão já se perfizera o prazo de 35 dias previsto no nº 3 do artigo 15º da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA).
4. A Cada já teve ocasião de se pronunciar de forma abundante, e para o mesmo cidadão, sobre matéria idêntica, sendo essa a doutrina que, mais uma vez, se reafirma.
5. A publicidade dos actos normativos apresenta-se como princípio fundamental do Estado de Direito Democrático, que exige o seu conhecimento por parte dos cidadãos e proíbe actos normativos secretos, contra os quais eles estariam inibidos de se defender (cfr. artigo 119º/2 da CRP). Publicidade em sentido amplo é qualquer forma de comunicação dos actos do poder público dotada de eficácia externa (v. g. através de ordens de serviço, avisos, etc.).
6. A legislação de que o reclamante pede cópia consiste em actos normativos que têm de ser publicados na 1ª série do Diário da República, sob pena de ineficácia, como dispõem os artigos 8º, nº 2, e 119º, nºs 1, alíneas b), c) e e), e 2, da CRP, e 3º, nºs 2, alíneas c) e e), e 3, alínea a), da Lei nº 6/83, de 29 de Julho, na redacção do Decreto-Lei nº 1/91, de 2 de Janeiro. Essa publicação é hoje também acessível através da Internet.
7. Em face destes princípios, é doutrina da CADA que o texto de tais actos solenes do poder central, assim obrigatoriamente objecto de divulgação e publicação imediatas e de fácil acesso, não está abrangido pelas regras de acesso impostas à administração pela LADA. Diferente seria a solução se esses textos estivessem integrados em qualquer processo administrativo: nesse caso não haveria razão para os excluir de tal acesso.

8. O reclamante terá, porém, direito de acesso, inclusivamente através da sua reprodução por fotocópia, a listas que identifiquem e informem onde se encontram publicados esses textos legais, no caso de o Instituto da Água as possuir.
9. O reclamante solicita ainda – vide alínea c) do precedente nº 1 - a reprodução, por fotocópia, de vários actos (emanados de organismos internacionais) que apenas identifica através da indicação da sua espécie e da matéria neles tratada. Neste domínio a CADA reitera a sua doutrina anterior, exposta nos precedentes nºs 6 a 8: o reclamante não tem direito a cópias desses textos de Direito Internacional, embora tenha direito de acesso a listas que os identifiquem e informem onde se encontram publicados, no caso de elas existirem no Instituto da Água, o qual, porém, não está obrigado, só porque um cidadão lho requeira, a proceder a estudos com vista a identificar e listar os actos normativos e/ou administrativos que os organismos internacionais hajam proferido sobre as matérias por ele mencionadas.
10. Do exposto se extraem as seguintes conclusões:
 - 1ª - A LADA não impõe ao Instituto da Água que, a pedido de um cidadão, lhe forneça cópia dos textos de diplomas legais, de Direito Interno ou de Direito Internacional, publicados na 1ª série do Diário da República;
 - 2ª - O reclamante terá direito de acesso, inclusivamente através da sua reprodução por fotocópia, a listas que identifiquem e informem onde se encontram publicados textos legais sobre determinada matéria, de Direito Interno ou de Direito Internacional, no caso de elas existirem na posse da Administração.

Aprovado pela CADA em sessão de 7 de Outubro de 1998.

Castro Martins (Presidente) - José Magalhães - Silva Marques - João Figueiredo - Vasco Almeida - Francisco de Brito - José Renato Gonçalves - Branca do Amaral - João Labescat